



## A ÉTICA, O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Carmen Maria Bueno Neme

### Apresentação

A Ética e a discussão sobre as “questões sociais”, dentre as quais destacam-se as de inclusão e exclusão sociais, têm ocupado um espaço considerável nos debates atuais sobre a vida e a conduta humana, como há muito tempo não acontecia.. Esse debate se torna mais relevante e oportuno quando chega à educação e à educação especial, remetendo à reflexão sobre as relações entre **cidadania, formação humana, moral e ética**. Vivemos um momento em um mundo onde as pessoas não são incentivadas a refletir sobre seu comportamento ou sobre o bem coletivo. Época do individualismo exacerbado, do consumismo desenfreado, da acumulação de bens e do poder da informação, da busca do sucesso a todo custo e da supervalorização da capacidade intelectual e da competitividade, em que as pessoas são tomadas como objeto e “descartadas” quando não produzem bens de capital. É também, a época da impaciência, da violência e da intolerância, na qual a legitimação da hipocrisia e da corrupção tem conseqüências piores do que o próprio ato de corromper e falsificar.

Numa sociedade complexa como a nossa, na qual convivemos com as mazelas de países de terceiro mundo e com os progressos de países de primeiro mundo, valores como beleza, independência e individualidade são quase uma exigência. Pessoas “diferentes”, especialmente quando apresentam uma deficiência mental/intelectual, com desempenho limitado quanto à independência e à competência social, são vistas como um problema por serem diferentes e necessitarem de atenção especial. Essas pessoas são altamente desvalorizadas e excluídas de seu direito à cidadania, o que impossibilita o caráter ético dessa sociedade.



No entanto, se quisermos sobreviver como seres humanos, mantendo a liberdade e a democracia, teremos de repensar e agir com **ÉTICA**, educando para a cidadania e para a preservação de valores como igualdade, tolerância e dignidade.

Assim, este capítulo visa à discussão de algumas questões éticas, inserindo nesta reflexão o professor, a educação e a educação inclusiva. Tais questões não são apenas para filósofos ou intelectuais. Fazem parte da vida e interferem no cotidiano, na prática profissional, na vida em família, na escola e nas relações com os alunos. Há que se ensinar a pensar a refletir e promover a ética. Se o educador não der sua contribuição, muito pouco poderemos esperar no presente e no futuro quanto à melhoria das condições e qualidade de vida, já que “a existência de um *homo ethicus* é condicionante da efetivação da universalização da cidadania e da sobrevivência do homem como ser social” (PAULA, 1996, p. 98).

Para conduzir essas reflexões, abordaremos aspectos atuais e conceituais acerca da ética, as aplicações da ética à prática profissional e os desafios e contradições colocadas à escolarização, enfocando a escola enquanto uma das mais importantes vias de acesso à cidadania e à oportunidade educacional para todos, retomando os aspectos éticos da conduta profissional do professor como co-responsável nesse processo. Espera-se poder apresentar, com simplicidade, um assunto dos mais relevantes e imprescindíveis para todo ser humano, especialmente para o educador, cujo papel social é fundamental para a efetivação de uma sociedade não excludente, que garanta o direito à diferença e à possibilidade de real cidadania às minorias.

### **1. O que é Ética: alguns conceitos**

Ética pode ser entendida como uma reflexão sobre comportamentos humanos, de uma maneira diferente do que fazem os psicólogos, os sociólogos, os biólogos ou outros estudiosos do comportamento humano (VALLS, 2006).

A reflexão sobre nossas ações e a própria realização de determinadas ações e não de outras, pode ser denominada **ÉTICA**.



Fazer ética é refletir sobre o comportamento humano e suas consequências para o ambiente e para o outro, buscando identificar o que é bom ou mau, correto ou incorreto, construtivo ou destrutivo, na perspectiva da vida e da qualidade de vida individual e coletiva.

O que é bom ou mau passa por critérios sócio-culturais e históricos, antes que se tenha um posicionamento individual.

De acordo com Valls (2006), os problemas teóricos da ética podem ser separados didaticamente em dois campos:



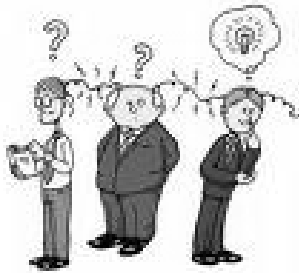
Os problemas gerais e fundamentais (consciência, liberdade, valor, bem, lei etc.).

Os problemas específicos de aplicação concreta (ética profissional, ética política, ética sexual, bioética, etc.).

<http://www.podbr.com/data/images/shn/etica.jpg>

Na vida real, esses problemas, tratados de diferentes pontos de vista pelas diversas áreas do conhecimento humano, não aparecem separadamente. Além disso, **ética** não é um conjunto de regulamentos prontos e definitivos que podem ser consultados quando temos de decidir sobre alguma conduta. Também não é algo que pertence à nossa natureza: não há uma “natureza humana” que defina o que é bom ou mau, antes da reflexão. Tudo isso depende do conjunto de regras pertinentes a um grupo social (**moral**). Vale lembrar que as pessoas mudam, assim como os conceitos, os valores e as culturas se modificam com o tempo.

Para Gianotti (1992), existem muitas formas de moralidade, sendo que cada grupo social ou profissional tem sua identidade delineada por normas consentidas. A infração dessas normas gera censura ou mesmo a exclusão do indivíduo daquele grupo determinado.



<http://images.google.com/images>

**Nada é definitivo!**  
**Este é o grande desafio da**  
**reflexão ética!**

Quando a reflexão e a decisão relacionam-se a condutas profissionais, a questão é ainda mais importante, pois implica em se assumir **normas de conduta** que devem ser postas em prática no exercício da atividade profissional. Um bom exercício profissional significa não apenas competência teórico-técnica, mas a capacidade de respeitar e ajudar a construir a dignidade, a cidadania e o bem-estar daqueles com os quais nos relacionamos e que dependem de nossa ação. Portanto, a **ética** perpassa toda a prática humana, profissional ou não, mas deve ser aplicada a cada uma e a todas as atividades profissionais.

Como ramo da Filosofia, a Ética surgiu com os grandes filósofos da antiga Grécia, a partir das reflexões de Sócrates, Platão e Aristóteles, prosseguindo e se modificando com os Romanos e no decorrer de toda a história do conhecimento humano (JAPIASSU; MARCONDES, 1996).

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se transformou pelo sofrimento e reflexão gerados por este conflito armado que afetou valores, conceitos e a vida da população mundial.



<http://images.google.com/images>

Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) que elaborou um documento histórico, a “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*”, concluído em 1948. Esse documento visa ampliar os direitos e liberdades fundamentais de todas as pessoas e eliminar a possibilidade de fatos como os ocorridos na Segunda Grande Guerra. Infelizmente, ainda não se colocaram em prática todos os princípios deste documento (Fundação Victor Civita, caderno 8, Ética e Cidadania, 2002)



A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* baseou-se em princípios antigos que foram retomados e fortalecidos pela Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade e se constitui a fonte na qual nos inspiramos para buscar uma vida justa, digna e cidadã, na qual as discriminações e os preconceitos não tenham mais lugar (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2002)

### **A noção ética moderna e a moral**

Ética não se constitui em um catálogo de valores particulares e alheios à prática dos grupos sociais, das sociedades e das áreas do saber. Para Chauí (2003), a **ética moderna** trata de como é um determinado coletivo, de como ele se desenvolveu e de como age. Já, a moral – um dos objetos da ética – é um conjunto de regras gerais de uma sociedade que, ao ser introjetada pelas pessoas, torna-se uma questão de consciência individual. Ser **moral** significa adequar-se e viver de acordo com as normas de uma determinada sociedade. Ser **imoral** significa conhecer as normas e não segui-las. O indivíduo considerado **amoral** é o que não segue as normas sociais por desconhece-las ou não compreender seus valores. A ética, entretanto, está acima da moral: ela analisa e critica a moral, embora com ela se relacione. A moral diz respeito aos conceitos abstratos de certo e errado para cada consciência, enquanto a ética procura resolver os dilemas dos grupos por meio da reflexão e do debate social acerca da ação concreta desta ou daquela comunidade. A ética, portanto, relaciona-se com o Direito, com a Justiça, com a Política, com as Leis e com as práticas científicas e profissionais (ROSAS, 2002).

Ser ético significa viver coerentemente com uma linha ética, aproximando o que se pensa daquilo que se faz, buscando o benefício e a qualidade de vida de todos, da humanidade. A finalidade da ética é, portanto, orientar a prática (VALLS, 2006).

Mas como encontrar os limites, as sínteses de muitos particulares, de muitas determinações; o que é o bem para a coletividade?

*Aprender a viver em sociedade, buscando o bem-estar e a qualidade de vida para todos é o grande desafio ético da atualidade.*



O homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe a ele refletir e buscar sempre responder a pergunta: “Como devo agir perante e com os outros?”. Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida.

Ao discutir a existência ética, Chauí (2003, p.8) trata da diferenciação entre senso e consciência moral. Para a autora, nossos sentimentos e ações, assim como nossas dúvidas acerca da correção de uma determinada decisão, exprimem nosso senso moral. O julgamento (razão) sobre a decisão a tomar se dá por meio de nossa consciência moral, posta em ação pelo senso moral. O senso e a consciência moral, desta forma, relacionam-se aos valores (justiça, integridade, generosidade etc.), aos sentimentos gerados pelos valores (vergonha, culpa, admiração, raiva, dúvida etc.), bem como às decisões tomadas (ações e suas consequências individuais e coletivas). Portanto, o senso moral e a consciência moral não são dados pela natureza: são indissociáveis da cultura, são escolhas das pessoas que vivem numa determinada cultura ou grupo.

Para Chauí (2003, p.9), os conteúdos dos valores podem variar, mas sempre estão ligados a um valor mais profundo: o BEM. Por meio de nossos juízos de valor é que definimos comportamentos como BONS ou MAUS. Nossos juízos éticos de valor fundamentam-se em normas que determinam o que deve ser feito, quais obrigações, intenções e ações são corretas ou incorretas.

**Os indivíduos não são seres independentes das comunidades concretas nas quais nascem, crescem, vivem e morrem.**

Embora as pessoas possuam aspectos próprios, individuais, particulares, que devem ser levados em conta, têm também aspectos comuns, adquiridos na vida coletiva. Ninguém nasce “pai”, “mãe”, “advogado”, “cientista” ou “professor”. “Ser” isto ou aquilo, só tem sentido dentro de uma comunidade concreta, que se identifica com determinados paradigmas e que definem a ética de seu grupo. Da mesma forma, ninguém nasce cidadão. Torna-se cidadão pela educação. É o convívio com



os outros que nos torna humanos e, é a educação que forma o homem para a vida social ou comunitária (PALMA FILHO, 2003).

Cidadania, dignidade, autonomia, tolerância e outros valores éticos não nascem com a gente. É um contínuo processo de aprendizagem; uma busca incessante do homem em sua trajetória histórica. Tais valores (abstratos) só se tornam concretos (ética) por meio da análise crítica, da reflexão e do conhecimento, de sentimentos, da consciência e de ações.

Para complementar as reflexões acerca dos valores éticos, reproduzimos um texto que pode ser encontrado com outros de igual importância em: <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/> (captado em 12/08/07)

### **Tolerância: um valor ético para o século XXI**

*"A tolerância reconhece e respeita a diversidade cultural contrapondo-se à cultura que domina e marginaliza as outras"*

Recentemente 147 chefes de Estado e de governo participaram em Nova York do encontro denominado Cúpula do Milênio das Nações Unidas. O documento final elenca seis "valores fundamentais" para as relações internacionais neste século: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada.

Aos três primeiros, inaugurados na Revolução Francesa, somam-se agora outros três, que retratam a realidade específica dessa virada do milênio. De fato, estes correspondem a três grandes desafios de que tomamos consciência, enquanto humanidade, nas duas últimas décadas: a degradação ambiental que ameaça a vida do planeta como um todo, a nossa interdependência na solução dos problemas e a necessidade de convivência na diversidade de raças, crenças e culturas. Este último, ou seja, a tolerância é o propósito de nossa reflexão.

O conceito de tolerância foi construído na modernidade como pressuposto do valor liberdade, a grande marca da ética moderna. Contudo, a tolerância entendida no contexto atual tem sentido tão específico que não somente o diferencia daquele





do iluminismo mas, em alguns aspectos, até mesmo o contradiz. Daí porque o consideramos um valor ético para o século XXI.

O pensamento moderno introduz o valor tolerância principalmente no âmbito das relações entre o catolicismo e as outras correntes do cristianismo. Foi neste sentido que Jonh Locke publicou em 1689 Carta acerca da tolerância e Voltaire, em 1763, Tratado sobre a tolerância. Tendo como referência o cristianismo e as idéias iluministas, o sentido moderno de tolerância



acabou por significar a atitude de 'suportar' aquele ou aquilo que se apresentasse como desvio da norma, do padrão, do modelo. O ato de tolerar referia-se, pois, ao comportamento do superior em relação ao inferior, a conotação ainda presente em muitos dicionários.

Na última década, entretanto, o termo reaparece no debate filosófico com dois sentidos bastante próprios. O primeiro resgata a tradição do pensamento liberal moderno, reafirmando o respeito à diversidade cultural, porém, agora inserida numa democracia pluralista. Já o segundo opera o conceito de tolerância articulando a diversidade cultural e a desigualdade social.

O que brota é um novo conceito de tolerância, em que a ética da convivência entre os diferentes implica na ação solidária para a superação das desigualdades sociais. Aqui a tolerância reconhece e respeita a diversidade cultural, contrapondo-se à hegemonia de uma cultura que domina e marginaliza as outras.

<http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/> (captado em 12/08/07)

A vida e a qualidade de vida não vão melhorar apenas por meio do desenvolvimento científico e tecnológico, mas pelo debate e pelo comportamento ético dentro da família, da escola e da comunidade.

As questões éticas estão relacionadas à nossa vida intersubjetiva e dependem de nossa consciência moral: valores e sentimentos; decisões e ações relacionadas aos conceitos de BEM e de MAL, do que é construtivo ou destrutivo para as pessoas e para a sociedade (CHAUÍ, 2003).





Uma boa educação escolar é fundamental para a erradicação da miséria e da ignorância, bem como para a construção de um país melhor. Para isto, é preciso enfrentar os dilemas e as contradições da educação e da escolarização como direito e oportunidade para todos.



**TÃO DIFERENTES,**

**TÃO IGUAIS.....**

<http://ctc.fmrp.usp.br/casadaciencia/bibliotecas/imagens/grupos/diversidade.jpg>

As pessoas mudam e, também, a sociedade, os modelos de família, as relações entre as pessoas e o estilo de vida mudaram muito nas últimas décadas. A escola e o educador precisam refletir sobre estas mudanças e repensar valores e ações, construindo uma nova práxis.

A Ética é uma práxis. Pois o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis.

(CEMBRANELLI, 2007)

## **2. A ética profissional: a ética do professor**

A base de uma sociedade democrática reside na educação pública de qualidade, que ofereça a todos as mesmas oportunidades educativas. Esta garantia é fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento em todos os sentidos, de todas as crianças e jovens de uma sociedade. Todos devem estar seriamente comprometidos com uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento das capacidades das pessoas, para que elas possam ter uma vida plena, contribuindo para o bem-estar de toda a sociedade.

O professor e a equipe escolar são elementos-chave para que os princípios de igualdade de oportunidades, tolerância, justiça, liberdade e confiança na comunidade passem da reflexão à ação, eliminando preconceitos e discriminações



que impedem a vida e a qualidade de vida de tantas crianças e jovens em nossa sociedade. O exercício de critérios responsáveis está no centro da atividade profissional e das ações dos professores e equipe escolar (CONTRERAS, 2002).

A Ética profissional começa com a reflexão e deve ser iniciada antes da prática profissional. Ao escolher uma profissão, todo indivíduo passa a ter responsabilidades e deveres profissionais obrigatórios. Ser ético é, basicamente, aprender a agir sem prejudicar os demais, pensando também na felicidade e alegria de viver.

*“Viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”.*

*Gonzaguinha*

Como educador, ser ético é gerar possibilidades de escolha, mesmo quando as condições sócio-culturais são marcadas pela falta de recursos. É criar condições para que barreiras possam ser ultrapassadas.

Nas palavras do educador José Misael do Valle (2006; aula inaugural da Pós-Graduação em Ensino de Ciências).

*“Não se pode oferecer uma escola pobre para o pobre, de tal forma que aumentem-se as barreiras para a aquisição da cultura”.*

A ética profissional pode ser definida como um conjunto de normas de conduta com uma função reguladora da “ética” aplicada ao exercício profissional. A ética profissional regularia a relação do profissional com sua clientela, visando à preservação da dignidade humana e do bem-estar no contexto social e cultural no qual a profissão é exercida. Todas as profissões estão vinculadas à ética profissional, mesmo que esta não se expresse por um conjunto de normas ou código específico. De modo geral, as profissões estão referidas a regulamentos que determinam sua natureza e seus limites, com um caráter normativo e até mesmo jurídico (VICENTIN, 2005).

Códigos de ética profissional são regras que foram criadas através de uma reflexão ética, mas na verdade é um conjunto de regras e uma moral profissional.



A ética profissional é construída a partir de questões amplas e muito importantes que vão além do campo profissional específico. Dilemas como o aborto, a pena de morte, a eutanásia, a violência, o suborno, a corrupção, o desemprego, dentre tantos outros que hoje enfrentamos, são questões morais que pedem uma profunda reflexão ética de todos os profissionais, em qualquer área de atividade.

Segundo Valls (2006), a ética não pode ficar confinada à dimensão privada e individual. Grandes problemas éticos se localizam na família, na sociedade civil e no Estado. Cada profissional tem responsabilidades que extrapolam o individual, configurando-se responsabilidades sociais que envolvem, não só os que dependem de seu trabalho, mas a sociedade como um todo.

A ação profissional requer competência e eficiência, além de atitudes e condutas consonantes com princípios éticos essenciais. Uma classe profissional se define pela natureza comum do conhecimento exigido e pela identidade de habilidades específicas, necessárias ao desempenho de uma determinada profissão dentro de uma sociedade (COSTA; GOMEZ, 2003).

O desempenho profissional ético depende de qualidades pessoais que podem ser adquiridas com esforço, no decorrer da atividade profissional, e que integradas ao modo de ser do profissional, facilitam a incorporação e o desempenho dos deveres profissionais.

É por meio da compreensão do mundo, dos outros e de nós mesmos, além das interações entre todos, que nos tornamos preparados para o incerto e aprendemos a intervir e estabelecer o alicerce para a cidadania (ALARCÃO, 2003)

Ética Profissional: Como é esta reflexão?

**ALGUNS QUESTIONAMENTOS PODEM AJUDAR ESTA REFLEXÃO**

Quais são os princípios éticos que permeiam minha profissão?

Estou agindo coerentemente com os princípios éticos que norteiam minha profissão?

Estou sendo um bom profissional, agindo com competência e correção no meu dia-a-dia de trabalho?



No desempenho de meu trabalho, estou preocupado com o bem-estar e o desenvolvimento pleno de meus alunos, disponibilizando oportunidades verdadeiras para que sejam beneficiados por minha ação profissional?

Meus relacionamentos profissionais estão voltados para o respeito à dignidade humana e à construção do bem-estar no contexto sócio-cultural em que me encontro?

O que faço está adequado ao conjunto dos valores e atitudes essenciais que assumi ao exercer esta profissão? Quais são estes valores e atitudes fundamentais?

Até que ponto, com minha conduta profissional, estou promovendo a inclusão de meus alunos com necessidades especiais; estou sendo autônomo e promovendo a autonomia e a tolerância; estou dialogando com meus pares estimulando a ética discursiva, a reflexão ética, a abertura e a empatia?

Até que ponto estou agindo eticamente, fazendo o que deve ser feito, independentemente de ter ou não alguém me olhando, me supervisionando ou me elogiando?

Para que o professor desempenhe seu relevante papel social na promoção de uma sociedade ética, é necessário que assuma compromissos profissionais básicos consigo mesmo, com a prática profissional, seus colegas de profissão, seus alunos, pais, comunidade e sociedade.

Com base no texto publicado em <http://www.fenprof.pt> (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DE PORTUGAL – FENPROF; 2007), sintetizamos alguns dos indicadores que podem nortear a reflexão e a ética profissional do professor:

- Colaborar para oferecer a todos uma educação de qualidade, justificando a confiança pública e aumentando o respeito pela profissão;
- Garantir que o conhecimento profissional adequado às necessidades de seus alunos seja constantemente aperfeiçoado e atualizado;
- Lutar junto a seus pares, para a obtenção de condições justas de trabalho, incentivando o ingresso de pessoas altamente qualificadas na profissão;



- Apoiar todos os esforços para promover a democracia e os direitos humanos por meio da educação;
- Respeitar os direitos de todas as crianças e, em particular, dos alunos, para que possam se beneficiar da educação;
- Promover o bem-estar de todos os alunos, protegendo-os de intimidações e abusos físicos e/ou psicológicos ou quaisquer formas de violência;
- Atentar para os problemas que afetam o bem-estar dos alunos, tratando-os com cuidado, dedicação e respeito profissional;
- Auxiliar para que todos os alunos desenvolvam um conjunto de valores, de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos;
- Reconhecer a individualidade e as necessidades específicas de cada aluno, estimulando-o para que desenvolva plenamente suas potencialidades;
- Proporcionar condições para o desenvolvimento concreto do direito e do sentimento dos alunos, de pertencerem à comunidade;
- Exercer a autoridade com justiça e solidariedade;
- Garantir que a relação privilegiada entre professor e aluno não seja utilizada para fins de controle ideológico ou outras finalidades;
- Colaborar para o desenvolvimento de relações amigáveis e de respeito profissional com os colegas;
- Manter a confidencialidade sobre informações relacionadas aos colegas, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que seja impedido por lei ou dever profissional;
- Reconhecer o direito dos pais de acompanharem, por meios previamente estabelecidos, o bem-estar e o progresso de seus filhos na escola;
- Respeitar a autoridade legal dos pais, mas também auxiliar e aconselhar, tendo em vista o interesse da criança;
- Empreender todos os esforços possíveis para envolver ativamente os pais na educação das crianças e jovens, auxiliando no processo de aprendizagem de todos os alunos indistintamente.



**"Hoje, mais do que nunca, os professores são educadores para o futuro"**

**Ricardo Jorge Costa; José Antonio Caride Gómez; Jornal "a Página",  
ano 12, nº 125, Julho 2003, p. 11**

### **3. Educação em foco: as contradições e os desafios da escolarização**

A educação escolar constitui-se um desafio para a sociedade, já que sua organização e funcionamento nunca garantiram igualdade de condições e oportunidades para toda a população. A instituição escolar, estruturada racionalmente pelo modelo de sistema de ensino e administrada pelo Estado, é uma organização que se estrutura a partir do século XVIII de forma concomitante com a expansão do capitalismo e com o advento da conquista dos direitos para o exercício da cidadania.

É com o processo de modernização da sociedade que a escola se faz necessária para a formação da população em geral. No entanto, a educação escolar, mesmo com a democratização do acesso ao ensino, permaneceu diferenciada entre os segmentos sociais, pois, para a classe dominante, a escola foi idealizada como um meio de formação intelectual e acadêmica. Entretanto, para as camadas populares, era vista como possibilidade de qualificação para o trabalho e de mobilidade social.

Refletir sobre alguns encontros e desencontros da educação escolar envolve um exercício de compreensão da dinâmica de movimentos educacionais, historicamente legitimados, como é o caso do processo de democratização do ensino escolar, efetivado ao longo do século XX, segundo interesses políticos e econômicos, na forma de acesso das massas populares *aos bancos escolares*, sem garantias de qualidade no acesso aos *saberes elaborados*.

A instituição escolar mostra-se como instrumento de educação diferenciado das formas básicas existentes, como a família e a comunidade, que se configuram pela fragmentação e assistematização de suas práticas. Ao contrário, a cultura propagada pela instituição escolar apresenta-se com o intuito de produzir e reproduzir uma homogeneidade social, sendo parcialmente determinada por



conflitos e por relações de dominação. Os grupos dominantes desempenham uma forte influência nas orientações das instituições escolares no que se refere à seleção dos conteúdos, à constituição dos currículos e às práticas educativas.

Ao refletirmos sobre as contradições da história da educação escolar, observamos que, ao mesmo tempo em que princípios de igualdade são ressaltados com o acesso à escolarização, procedimentos de segregação social são legitimados, oferecendo uma qualidade de ensino desigual para os diferentes segmentos sociais. Devemos destacar que o incentivo à democratização do ensino a serviço do desenvolvimento econômico fez com que a educação escolar fosse responsabilizada pelo avanço econômico e pela amenização das desigualdades sociais. Todavia, essa lógica foi fortemente abalada com a massificação do ensino, já que esta consolidou e reproduziu as desigualdades sociais, além de produzir desigualdades escolares.

Segundo Althusser (1989), as escolas historicamente legitimaram-se como espaços da sociedade que integram as tarefas e as habilidades divididas pelas relações de trabalho, produzindo princípios que direcionam e harmonizam o relacionamento social no trabalho e na sociedade. Sendo assim, a escola contribui para a construção da subjetividade, visto que recebe educandos de diferentes classes sociais que absorvem habilidades necessárias para, posteriormente, ocuparem posições específicas de classe na divisão ocupacional do trabalho.

Bourdieu e Passeron (1982) superam em suas considerações a relação da escola como um instrumento de reprodução da sociedade, uma vez que acreditam que as práticas escolares são relativamente autônomas e que as influências sociais, políticas e econômicas são indiretas. Deste modo, ao contrário das relações de dominação e controle social estarem diretamente interferindo na estruturação e funcionamento das escolas, os autores denunciam uma influência ainda mais perversa, que se constitui no universo simbólico da dominação. Nas práticas escolares, ao invés de se impor disciplina, opressão e controle das reproduções das relações de poder, sutilmente busca-se unificar em todo o processo de escolarização princípios e valores de uma classe dominante, que direciona os interesses de poder e diferenciação, legitimados pelos ensinamentos valorizados e instituídos no currículo escolar.





Bourdieu (1994) enfatiza que a sociedade de classes se mantém por uma “violência simbólica” que vai além das exclusões produzidas pelo poder econômico, pois o poder das representações simbólicas torna-se um elo mediador entre os interesses da classe dominante e a efetivação da manipulação na vida cotidiana. Sendo assim, no universo escolar os interesses das classes dominantes não são impostos de forma arbitrária e, sim, embutidos no currículo escolar e nas práticas de ensino como necessários e naturais para a ordem e desenvolvimento da sociedade.

Para Nogueira e Nogueira (2002, p. 87):

Formalmente, a escola trataria a todos de modo igual, todos assistiriam às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances. Bourdieu mostra que na verdade, as chances são desiguais. Alguns estariam numa condição mais favorável do que outros para atenderem às exigências, muitas vezes implícitas da escola.

As teorias da reprodução cultural abrem caminho para uma compreensão mais profunda do currículo e das práticas de ensino, uma vez que se acredita que a cultura escolar é a cultura dominante camuflada; a grade curricular, os conteúdos, as avaliações seriam escolhidos em razão de conhecimentos, valores e interesses das classes dominantes.

A estrutura hierárquica do sistema de ensino promove a prática de diferenciação de cada aluno “de acordo com a ‘altura’ até a qual ascendeu na pirâmide do sistema escolar e segundo o itinerário pelo qual chegou lá” (SACRISTÁN, 2001, p.47). A escola, ao estabelecer seu currículo e suas práticas de ensino, pode legitimar e reproduzir as desigualdades sociais, convertendo-as em diferenças na aprendizagem, relacionadas aos méritos e dons individuais dos educandos.

A democratização do acesso à frequência escolar e aos saberes, a interação entre escola e comunidade, o diálogo entre professores e alunos, a revisão de métodos e recursos pedagógicos e a adoção de uma nova mentalidade da educação para a formação dos educandos são condições indispensáveis para a superação dos graves problemas da educação brasileira. Converter as desigualdades sociais de acesso à escolarização depende da instauração de valores sociais coletivos acerca da valorização e necessidade da cultura escolar para a formação e desenvolvimento dos educandos.



Ao abordar questões relacionadas aos fins e aos meios da educação, Rodrigues (2001) coloca a importância da formação humana no processo educativo e conclui que o objetivo fundamental da educação, ao qual deve ser submetida toda e qualquer prática educativa e escolar, é a construção do sujeito ético. No desenvolvimento de suas ideias acerca da educação, o autor faz questionamentos sobre quem é o educador-formador do sujeito humano na contemporaneidade, e num processo de retomada histórica, cita o papel da família, dos pais e de todos os adultos que convivem com a criança desde que ela nasce, lembrando também o papel da comunidade e da religião. Ressalta, entretanto, a visível desintegração dessas unidades educativas nos últimos tempos, levando a enormes perdas de meios educativos na vida contemporânea.

Para Rodrigues (2001, p. 253):

Cada vez mais as pessoas apenas vivem fisicamente próximas, sem qualquer unidade de projetos sociais, de princípios éticos, de trabalho, de dever, de relações. As cidades, por sua vez, se transformaram em simples aglomerações populacionais e não são formas de organização humanitária da vida coletiva.

A única instituição que ainda mantém uma presença universal é a instituição escolar. Curiosamente, é ainda a única instituição para a qual se dirigem e são dirigidas todas as novas gerações, desde seu nascimento. Assim, gostaria de proclamar a seguinte perspectiva, que pode ser considerada como crença ou aposta de futuro: cada vez mais a Escola exercerá ou poderá exercer um papel que a ela jamais foi atribuído em tempos passados: o de ser a instituição formadora dos seres humanos.

*Ela (a escola) deverá se ocupar com a formação integral do ser humano e terá como missão suprema a formação do sujeito ético (RODRIGUES, 2001, p. 254).*

Podemos, assim, pensar a ética como o caminho para a renovação da educação escolar. Devemos nos questionar: o que significa igualdade hoje? O que significa cidadania? Como exigir que professores da Educação Básica, aqui no Brasil, mobilizem-se de modo a enfrentar questões de ordem ética em suas práticas profissionais, se são desvalorizados e desrespeitados pela sociedade? Como superar essas contradições?

Paulo Freire atenta para questões relacionadas ao processo de constituição do “ser educador”, mostrando que a formação do educador se faz na prática, pelo enfrentamento das contradições, pela coragem de encarar a complexidade da vida e



as dificuldades das mudanças, preparando-se como profissional e como ser humano. Ao abordar o tema da política e da educação, ressalta que ninguém nasce feito e que, ao nos experimentarmos, ao nos lançarmos no mundo é que vamos nos fazendo e criando também o nosso mundo, Freire (1993, p. 80) afirma:

Às vezes, ou quase sempre, lamentavelmente, quando pensamos ou nos perguntamos sobre nossa trajetória profissional, o centro exclusivo das referências está nos cursos realizados, na formação acadêmica e na experiência vivida na área da profissão. Fica de fora, como algo sem importância a nossa presença no mundo. É como se a atividade profissional dos homens e das mulheres não tivesse nada a ver com nossas experiências de menino, de jovem, com seus desejos, com seus sonhos, com seu bem-querer ao mundo ou com seu desamor à vida. Com sua alegria ou com seu mal-estar na passagem dos dias e dos anos.

No mesmo texto, afirmando ser impossível separar nele, o que há de profissional e o que há de homem, Paulo Freire (1993, p. 87) reflete sobre sua experiência de menino nascido no Recife na década de vinte, descrevendo como se sentia desafiado pelas injustiças sociais e pelos preconceitos, de tal forma que, mesmo não tendo nascido marcado para ser o professor que se tornou, foi se tornando um observador atento a outras práticas e às práticas dos outros: “[...] É impossível ensaiarmos ser deste modo, sem uma abertura aos diferentes e às diferenças, com quem e com quem é sempre provável aprender”.

Ao aprofundar suas reflexões sobre a relevância da prática social da qual tomamos parte, na constituição de nossa identidade como pessoa, Paulo Freire (1993, p. 88) conclui:

Uma das condições necessárias para que nos tornemos um intelectual que não teme a mudança é a percepção e a aceitação de que não há vida na imobilidade. De que não há progresso na estagnação. De que, se sou, na verdade, social e politicamente responsável, não posso me acomodar às estruturas injustas da sociedade. Não posso, traindo a vida, bendizê-las.

#### **4. A escola numa perspectiva inclusiva e ética**

Embora o bem comum não dependa apenas da escola e da educação, é na escola, e por meio da educação que as crianças e jovens devem ter a oportunidade de viver e aprender valores. Uma das mais importantes via de acesso para a cidadania é a escola comprometida com princípios e comportamentos éticos fundamentais. A escola e o professor são os principais agentes de superação das



inúmeras contradições sociais com as quais, e que nos fazem pensar, levando-nos a refletir e a agir com ética.

É no convívio escolar que crianças e jovens podem ter importantes experiências dignificantes e construtivas de sua personalidade e cidadania, mas é também na escola que podem experienciar situações significativas de fracasso e de exclusão social precocemente. O preconceito e a discriminação, o desrespeito e a humilhação, são sérios obstáculos ao bem-estar e à conquista da cidadania, demonstrando a brutal intolerância à diferença que ainda existe em nossa sociedade.

Quando julgamos alguém sem conhecê-lo, estamos praticando o “pré-conceito”, pois estamos formando opiniões (julgamentos) que comumente desvalorizam e desrespeitam a pessoa. Os estereótipos são criados quando fazemos generalizações superficiais e distorcidas, aplicando este julgamento para todos os membros de um grupo que apresentam determinadas características comuns. Em geral, os estereótipos desqualificam o grupo de indivíduos que pertencem a determinado sexo, raça ou grupo social. Preconceitos e estereótipos levam à discriminação: fazer com que o outro se sinta diminuído, menos importante e menos digno (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2002).

Vivemos rodeados de pessoas diferentes de nós e somos, também, diferentes para os outros que nos rodeiam. Podemos dizer que não há uma só pessoa igual à outra, mas ao mesmo tempo, somos iguais, apesar de nossas diferenças; afinal, somos todos seres humanos!

E se não existissem as diferenças? O mundo seria um enorme tédio!  
Nada teríamos a aprender, nada a mudar ou superar, nada que colorisse o mundo e nos despertasse para pensar...

Este trecho de um belíssimo poema de Drummond de Andrade complementa esta reflexão:

*Todas as guerras do mundo são iguais.  
Todas as fomes são iguais.  
Todos os amores, iguais, iguais, iguais.  
Iguais todos os rompimentos.  
A morte é igualíssima.  
Todas as criações da natureza são iguais.  
Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes são iguais.  
Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.*



*Ninguém é igual a ninguém.*

*Todo ser humano é um estranho ímpar.*

**(Carlos Drummond de Andrade. *A palavra Mágica*. Rio de Janeiro: Record, 1997)**

No entanto, vivemos rodeados de intolerância, indiferença, preconceito e discriminação!

Pesquisas sobre violência psicológica sofrida por crianças e adolescentes tidos como “diferentes” (atualmente chamada de *bullying*), mostram que a escola é o lugar onde isso mais acontece, gerando sérios e duradouros prejuízos ao desenvolvimento e à vida dessas pessoas. Algumas nunca se recuperam e chegam a desenvolver doenças psíquicas e sociais muito graves (FANTE, 2005). Essas crianças e adolescentes são discriminados e passam a ser vítimas de chacotas por serem gordinhos ou magrinhos, por serem negros, por usarem óculos, por não ouvirem, dentre outras condições que os levam a ser vistos como “diferentes” pelas outras crianças e/ou adultos, que também os identificam por apelidos e não previnem nem impedem esse tipo de violência. Programas escolares criados para prevenir e eliminar tais práticas mostram ser eficazes quando deles participam ativamente professores, pais e toda a comunidade da escola.

Embora no Brasil já tenhamos um documento desde 1990, constituído por leis e medidas de proteção integral à criança e ao adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda é pouco conhecido e por vezes, não aplicado. A escola deveria ser o local privilegiado no qual os direitos de todas as crianças e jovens fossem respeitados e protegidos, principalmente quando existe qualquer tipo de risco para sua saúde, dignidade, bem-estar e desenvolvimento integral.

A educação de qualidade é um direito de todos e, de acordo com o Plano Nacional de Educação, as crianças com deficiências têm o direito de receber educação, de preferência na rede regular de ensino (art. 208, III). O direito à educação e, sempre que possível, em conjunto com os demais alunos nas escolas regulares, é a diretriz atual, para a máxima integração das pessoas com necessidades especiais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população têm deficiências de diferentes ordens: visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas e comportamentais, além de superdotação ou altas habilidades.



## Diversidade e Ética na escola

A escola inclusiva é o grande avanço a ser conquistado, garantindo o pleno atendimento à diversidade humana. Cabe, portanto à escola e ao professor, do ponto de vista ético, promover atitudes respeitadas e de acolhimento aos seres humanos que apresentam deficiências, demonstrando nas relações com seus alunos, o que significa tolerância e cidadania.

Ao reafirmar a importância da ética para a formação integral do ser humano e a imprescindível ação da escola e do professor, vale reproduzir um trecho de entrevista concedida por Paulo Freire sobre a Escola Cidadã, gravada em São Paulo, no Instituto Paulo Freire, para a série *Projeto Político-Pedagógico da escola*, apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC, de 20/04 a 30/04 de 1997. A série teve a consultoria de Moacyr Gadotti e a mediação de Gaudêncio Frigotto.



“Então, o respeito à fala do outro implica saber escutar o outro e não posso ser um educador democrático se eu não escuto o outro. Ainda do ponto de vista do saber ou do aprender a escutar, há uma importância fundamental no saber escutar diferente. Como é que pode uma professora que se pensa democrática não dar ouvido à fala do diferente? Quer dizer, você discrimina o diferente só porque ele é diferente de você. Então, aprender a escutar o diferente, a cultura diferente, aprender a valorizar o diferente de nós é absolutamente fundamental para o exercício da autonomia. Quer dizer, a professora que fecha seus ouvidos à dor, à indecisão, à angústia, à curiosidade do diferente é a professora que mata no diferente a possibilidade de ser” (<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/>).

Ao se reafirmar a educação como um direito social e para que ela se coloque no campo dos direitos, é necessário reconhecer o direito à diferença. Esta questão precisa ser levada a sério pelos educadores e pelos políticos. A condição ética deve ser afirmada e reivindicada, especialmente na profissão docente, à medida que este profissional trabalha na sociedade e, segundo Costa e Gomes (2003), deve necessariamente trabalhar em prol dessa mesma sociedade.

Para Severino (1994), é a vida em sociedade que garante a todos a efetiva apropriação dos bens materiais, simbólicos e políticos. Para o autor (p. 98)





É a qualidade da sociedade que assegura a seus integrantes a condição de cidadania. Ainda que diferentes entre si, por tantos outros aspectos, numa sociedade efetivamente democrática, os homens tornam-se iguais sob o ponto de vista da condição comum de cidadãos.

Ao discutir a escola como imprescindível para a formação da cidadania e algumas das importantes dificuldades vividas pelo educador e pela escola no mundo contemporâneo, Aquino (2000, p. 105), coloca:

[...] Grande parte dos problemas que enfrentamos como categoria profissional, inclusive no interior das salas de aula, parece ter relação imediata com essa lastimável desconfiança quanto à intervenção escolar e, por extensão, à atuação do educador. Além disso, se a imagem social da escola está ameaçada, algo de ameaçador está acontecendo também com a ideia de cidadania no Brasil, uma vez que não há cidadania sustentável sem escolarização.

Enfatiza-se, portanto, o compromisso que a escola tem de realizar a formação moral de seus alunos, num modelo educativo que qualifique a condição existencial do homem em sociedade: uma educação cidadã, democrática e, conseqüentemente, **ÉTICA**.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1989.

AQUINO, J.G. **Erro e Fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

AQUINO, J. G. **Do cotidiano Escolar**: Ensaios sobre ética e seus avessos. São Paulo: Summus, 2000.

BRASIL. **PLANO NACIONAL de EDUCAÇÃO**.  
<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees>; captado em 15/08/07.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Lisboa: Editora. Difel, 1994.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.





CEMBRANELLI, F. **Um Projeto de Humanização: para quem?**

Disponível em: <http://www.portalhumaniza.org.br/ph/texto.asp>) Acesso em: 2007.

CHAUÍ, M. **A Existência Ética**. Cadernos de Formação: Pedagogia Cidadã - Ética e Cidadania, São Paulo: UNESP- Pró-reitoria de graduação, 2003, p. 7-13

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, R.J.; GÓMEZ, J.A.C. Hoje, mais do que nunca, os professores são educadores para o futuro. **Jornal "A Página"**, v. 12, n. 125, p. 11, jul 2003; A Página da Educação; <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp> (Acesso em: 10/08/07)

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Versus, 2005.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES – FENPROF Disponível em: <http://www.fenprof.pt>. Acesso em: 10 ago 2007.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Ética e Cidadania**. Programa de Aprendizagem para Professores dos Anos Iniciais da Educação Básica-, caderno 8; São Paulo: FVC, 2002.

GIANOTTI, J.A. Moralidade Pública e Moralidade Privada. In: Adauto Novaes (org). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.239-245.

JAPIASSU, H; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

NOGUEIRA, C.M.M.; NOGUEIRA, M.A. A Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n.78, p. 56-78, 2002.

PARO, V.H **Reprovação escolar: renúncia à Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PEREZ, M.C.A. **Infância, Família e Escolarização: práticas educativas e seus efeitos no desempenho de crianças das camadas populares**. São Carlos: Suprema, 2007.

PEREZ, M.C.A e BORGHI, R.F.(Orgs.) **Educação: políticas e práticas**. São Carlos: Suprema, 2007.

PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.



PALMA FILHO, J.C. **Cidadania e Educação**. Cadernos de Formação: Pedagogia Cidadã - Ética e Cidadania, São Paulo: UNESP- Pró-reitoria de graduação, 2003, p. 95-112.

PAULA, L.A.L. Ética, Cidadania e Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 4, 1996.

**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees>

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, v. XXII, n. 76, 2001, p. 232-254.

[ROSAS, V.B. Afinal, o que é Ética?](http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei) <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei>. 2002.

SACRISTÁN, J.G. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SEVERINO, A.J. **Filosofia da educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

UNESP- Bauru; Núcleo pela Tolerância. Faculdade de Arquitetura e Artes, Depto de Ciências Humanas. **Boletim Informativo**. Ano I- No. 1, 2001; captado em 12/08/07: <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/>

VALLS, A.L.M. **O que é Ética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VASQUES, M.H.B; PALIPÉRIO, F.C.M.C. **Educação**: Pluralidade, Ética e Competência na Formação Profissionalizante Continuada dos Educadores. <http://www.hottopos.com/vdletras7/monica.htm>, 2003.

VICENTIN, S. **O professor e a ética profissional**. Disponível em: <http://www.sinpropar.org.br/> 2005.

#### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ALVES, Rubem. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. 172p

LOT, G. (coord). Programa Café com Letras PADRE BETO, Palestra- **Ética: Igualdade e Diversidade**. DVD, Bauru: Livraria Jalovi, 2007.

RINALDI, Doris. **Ética da diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Zahar, 1996. 157p



## FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE <sup>1</sup>

Clodoaldo Meneguello Cardoso

*“... eu me bato muito pela tolerância, que para mim é uma virtude... revolucionária até. É esta possibilidade de conviver com o diferente para poder brigar com o antagonista. O antagonista é diferente também, mas um diferente diferente.” <sup>i</sup>*

**Paulo Freire**

### 1. PRIMEIRAS PALAVRAS

#### 1.1. Por que uma educação para a diversidade?<sup>ii</sup>

Estamos começando um estudo sobre “Educação na Diversidade e Cidadania”. Já no título anuncia-se o assunto central, bastante atual e polêmico, porém ainda pouco conhecido, em seus vários aspectos: a questão da “diversidade” na educação.

Por que se fala tanto de “diversidade”, “pluralidade” e “inclusão”, nos dias atuais? Será que esse tema refere-se apenas à educação de alunos com necessidades especiais, como muitos pensam? Não é apenas um modismo na educação? Por que somente agora se dá importância à “diversidade”, se a humanidade sempre teve uma pluralidade cultural?

Justamente sobre estas questões que vamos conversar neste curso, principalmente neste módulo. Realmente a humanidade foi sempre muito diversa, porém a percepção sobre humanidade não foi sempre assim. Imagine uma história, bastante comum na educação, de alguém que estaria hoje com sessenta anos:

*Quando eu era pequeno, morava em uma casa pequena, de uma cidade muito pequena. Meu mundo era pequeno e eu estava feliz e tranquilo, pois ele se parecia muito comigo. O mundo tinha meu jeito de ser. Meus colegas gostavam das mesmas brincadeiras que eu: caçar passarinho, nadar no rio, jogar bola, empinar papagaio e roubar laranjas... Estudávamos na mesma escola, íamos à mesma igreja bem no centro da cidade e nossos pais sempre se encontravam na praça ou nas quermesses.*

*Eu sabia quase tudo sobre o (meu) mundo, não havia grandes surpresas; em tudo havia um movimento suave e previsível como as estações do ano. Todo ano*

---

<sup>1</sup> Texto produzido para um curso do MEC sobre Diversidade Humana (no prelo).



*havia as mesmas festas na igreja e os trens da estação sempre chegavam e partiam, assim como os dias e as noites. A rotina era natural, vontade de Deus e, portanto, o bem. O que fugia da normalidade era o mal: as brigas dos adultos, a farra dos bêbados e até o carnaval... cruz credo!*

*Neste mundo a educação era muito preocupada com os valores. Em casa meus pais sempre me aconselhavam, quando eu saía pra a rua: “Meu filho, respeite seus semelhantes (meus amigos)”. Na escola a professora reforçava: “Meninos, aprendam a conviver com seus semelhantes (meus colegas)”. Por fim, na Igreja, o padre, pronunciava com gravidade o grande mandamento: “Ame o próximo, como a ti mesmo”. Estava tudo perfeito. Quem estava ‘próximo’ de mim eram meus pais, meus irmãos e meus amigos – todos muito semelhantes a mim. Então, eu amava sempre o meu semelhante. Este era meu mundo. Eu sabia, é claro, que existiam outros lugares, cidades e países longínquos para onde partiam os trens da estação. Porém, eu pensava: se os lugares fossem bons como o meu, certamente seria bastante parecido com o meu. Eu e o mundo tínhamos uma grande identidade.*

Essa dificilmente se repete nas crianças e adolescentes de hoje. Qualquer um que tenha acesso à Internet e curiosidade sobre o mundo em que vive, poderá constatar a grande diversidade e desigualdade social entre nações, povos e grupos humanos.

A consciência dessa multiplicidade não era tão explícita há 50 anos. Antes do processo de globalização dos meios de comunicação, havia uma representação de humanidade bastante homogênea e definida, construída ideologicamente no processo histórico ocidental. Tudo aquilo que fugia de determinados padrões de imagens, comportamentos e expressões culturais eram considerados “desvios” da norma e, portanto, como algo diferente, estranho e reprovável. Daí a origem de muitos preconceitos.

Desde a segunda metade do século XX, a tela da televisão vem mostrando uma grande pluralidade de pensamentos e expressões humanas. Fomos descobrindo as características de novas culturas, religiões, costumes alimentares, formas de relacionamento amoroso e novos tipos grupos familiares. Das grandes cidades do mundo nos vêm imagens de convivência e confronto entre etnias diversas e desfilam diante de nossos olhos arregalados diferentes identidades corporais, resistindo ao esforço de padronização da beleza.



A educação centrada apenas no respeito e boa convivência com o semelhante a nós mesmos, ou seja, centrada na “identidade” soa cada vez mais estranha num mundo em que nosso próximo é, muitas vezes, diferente de nós.

O mundo globalizado pelos meios de comunicação exige, hoje, que estejamos preparados para a convivência na diversidade, isto é, para o diálogo não apenas com os semelhantes, mas também com quem pensa e age de maneira diferente de nós. A educação de valores na cultura da diversidade é bem mais complexa do que aquela fundada numa visão homogênea do mundo. O próprio conceito de convivência na diversidade tem sentidos diferentes ideológicos e exigem conhecimento e posicionamento do educador consciente.

Dois posicionamentos críticos deve-se ter, de início, para atuar em educação na diversidade. Em primeiro lugar: será que realmente deve-se respeitar toda e qualquer diversidade cultural? Tudo é válido? É possível cada um viver na sua, num mundo estreitado pela globalização? Qual o limite da tolerância? Em segundo lugar será que uma parte das diferenças humanas não são decorrências de uma história de exploração de uma cultura sobre a outra? Ao respeitar certas diversidades sociais não estamos aceitando as desigualdades causadas por uma sociedade de estruturas opressivas. Como trabalhar na educação a relação dialética entre diversidade e desigualdade?

Nosso desafio de convivência na diversidade é bem diferente daquele ensinado na educação tradicional, pela história do *patinho feio*. Aceitamos que não era um patinho feio e sim um belo cisne. Porém, aceitamos com uma condição: que ele vá morar lá longe, em outro lago, com os cisnes...

## **1.2. Iniciando a conversa<sup>iii</sup>**

*Filho de peixe, peixinho é. Filho de humano...*

Todo mundo já ouviu a primeira frase e sabe o que ela significa ao pé-da-letra: o peixinho nasce e já sai nadando, o que significa que já nasce pronto. Mas com o ser humano não é bem isso que acontece. Filho de humano não nasce um humano pronto. Para adquirir as características mais profundas dos humanos, como ter, pensar e adotar valores, o recém-nascido precisa conviver com outro humano,



sendo educado por um período muito longo. Daí por que a educação está sempre acompanhada de valores que se quer estimular nas novas gerações

Uma das características que os humanos adquirem pela educação – e que, portanto os animais não têm – é a individualidade, ou seja, a capacidade de pensar e viver de modo diferente uns dos outros. Enquanto cada espécie de animal tem comportamentos muito parecidos, nós valorizamos nossa identidade pessoal e de grupo, amamos a liberdade e nos sentimos muito infelizes quando nos impedem de expressar nossos sentimentos e idéias. São valores profundamente humanos.

A **educação na diversidade** está preocupada com esses valores, isto é, com a relação respeitosa e solidária entre pessoas, chamando a atenção em especial, para o exercício da convivência com as diferenças. Em outras palavras, educar na diversidade é ensinar e aprender junto com os alunos a conviver com pessoas, destacando nossas diferenças físicas, sociais e culturais.

Isso requer um esforço e uma grande vontade de transformar a sociedade e nós mesmos, uma vez que na educação tradicional, o plano ético era centrado no *respeito ao próximo, ao semelhante*. Por sua vez, a *educação para a diversidade* prioriza o *respeito entre todos* e por isso trabalha com valores e conceitos como: tolerância / intolerância; preconceito; diversidade / identidade / desigualdade; liberdade / igualdade; inclusão / exclusão; cidadania / paz.

Ao pensar valores na educação, deparamo-nos com um obstáculo de ordem teórica: a questão da pluralidade de sentidos que os valores assumem segundo o contexto histórico e as ideologias.



**IDEOLOGIA** – O termo ideologia possui vários significados. Citemos dois que serão úteis para este nosso estudo. No sentido amplo refere-se a um conjunto de idéias que expressam a visão de mundo de uma pessoa ou grupo. No sentido restrito, a noção de ideologia – construída por Marx (1818-1883) diz respeito a *“uma elaboração intelectual sobre a realidade”*, que descreve e explica *“o mundo a partir do ponto de vista da classe dominante de sua sociedade”*. Exemplo. *“Diferenças naturais: somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas por diferenças individuais dos talentos e das capacidades, da inteligência, da força de vontade maior ou menor, etc.”* (CHAUÍ, 2003, p. 175)

---

Veja, nos exemplos a seguir, como determinados conceitos são utilizados em vários sentidos revelando diferentes posições ideológicas: 1) Em nome da **liberdade** os EUA invadiram o Iraque e os iraquianos resistem à ocupação também em nome da **liberdade**. 2) Na escola, alguns falam em **cidadania** para estimular o aluno a arrecadar prendas para uma festa, fazer mutirão de limpeza, enfim... para prestar algum serviço. Para outros, **cidadania** está ligada à exigência de direitos que devem ser garantidos pelo governo. 3) Certa vez a televisão mostrou uma rebelião de presidiários que exibiam uma faixa com as palavras: **justiça e paz**. E nas ruas, os parentes das vítimas da violência urbana, em passeata, clamavam por **justiça e paz**. 4) A mídia vive divulgando a ideia de que os **direitos humanos** deveriam valer apenas para as pessoas consideradas do bem; já os especialistas no assunto dizem que a dignidade humana deve ser respeitada sempre e que isso não significa impunidade.

Quais os significados desses valores no mundo atual? Se não bastasse essa pluralidade semântica, há ainda – sob esta diversidade manifesta – uma sociedade pasteurizada e homogeneizada. Ou seja, fala-se da mesma coisa em sentidos diferentes ou trata-se de coisas diversas, buscando neutralizar suas reais diferenças, em vista de uma diversidade cômoda e harmoniosa na aparência..

Com certeza não vivemos mais num mundo maniqueísta. Aliás, a realidade sempre teve e tem seus meio tons. Nós é que a interpretávamos, por meio de





categorias e valores absolutos. Todavia, a visão dualista (fada ou bruxa, herói ou bandido, sabe tudo ou ignorante, masculino e feminino, pessoas do bem ou pessoas do mal etc.) da educação tradicional não nos ajuda mais a ver e interpretar o mundo. Hoje, numa educação crítica, não basta falar de tolerância, inclusão, cidadania e paz como garantia de que somos educadores progressistas, sintonizados com o mundo contemporâneo. Estas palavras, tão em moda na mídia e na escola, possuem sentidos diversos, alguns deles até mesmo antagônicos.

A conjuntura atual nos exige uma atitude reflexiva, de sintonia fina, para distinguir os diversos sentidos de um mesmo valor, não apenas aqueles vindos de culturas e civilizações diferentes, mas os vários sentidos que um determinado valor adquire numa mesma sociedade, devido a interesses diversos. É o que vamos fazer neste módulo, com dois objetivos: **1)** precisar os sentidos de diversos conceitos anunciados e, **2)** mostrar que a presente proposta axiológica de educação valoriza a convivência na diversidade, articulando-a sempre com a superação das estruturas sociais que geram desigualdades e, também, diferenças.

Vamos à análise dos conceitos.

## **2. PROBLEMATIZANDO O TEMA**



### **2.1. Tolerância e intolerância<sup>iv</sup>**

Como vimos, a educação tradicional, fundada no princípio de identidade colocava o eixo ético das relações intersubjetivas no respeito ao semelhante, quer dizer, ao idêntico a nós mesmo. Já no século XXI, as relações interculturais exigem a presença de um novo valor: o respeito às diferenças. Assim, na educação, ganharam destaque valores como o respeito à pluralidade cultural, a convivência na diversidade, a inclusão, a tolerância, entre outros. É a educação na diversidade. Este campo requer do professor um cuidado conceitual acurado para identificar os múltiplos sentidos que o valor da tolerância, por exemplo, assumiu no processo histórico ocidental.

Na sua origem, no século XVI, a ideia de tolerância revelou a ideologia da cultura europeia, em processo de mundialização. O pensamento moderno introduz o valor tolerância principalmente no âmbito das relações entre católicos e



protestantes, por força da Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688, que trouxe em sua bagagem ideológica a defesa da tolerância religiosa e da liberdade de pensamento.

 <p>John Locke (1632 - 1704)</p>	<p>Duas grandes obras filosóficas são referências obrigatórias para o entendimento do sentido moderno de tolerância: a <i>Carta acerca da tolerância</i> de John Locke e <i>Tratado sobre a tolerância</i> publicado por Voltaire em 1763.</p>	<p>François-Marie Arouet</p>  <p>Voltaire (1694 - 1778)</p>
<p>Fonte: <a href="http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Locke">http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Locke</a></p>		<p>Fonte: <a href="http://pt.wikipedia.org/wiki/Voltaire">http://pt.wikipedia.org/wiki/Voltaire</a></p>

Tendo como referências o cristianismo e as idéias iluministas, o sentido moderno de tolerância acabou por significar a atitude de ‘suportar’ aquele ou aquilo que se apresentasse como desvio da norma, do padrão e do modelo: a civilização européia. Ainda mais contundente: *suportar com paciência aquilo que é desagradável, injusto, defeituoso*. Foi assim que os europeus viam a necessidade de *tolerar* os povos conquistados.

O ato de tolerar referia-se, pois, ao comportamento do superior em relação ao inferior, conotação ainda presente em muitos dicionários. Este sentido de tolerância expressa a ideologia do conquistador e colonizador europeu em seu projeto de dominação universal. Assim, tolerância está ligada à atitude de admitir algo ou alguém fora do paradigma, da regra. Enrique Dussel (1934 - ), filósofo argentino, radicado no México, desmonta peça por peça do processo de dominação cultural da modernidade europeia na América Latina, em seu livro: *1492 – O encobrimento do outro*.

Outro sentido de tolerância, na modernidade europeia, *aceitar com indulgência, compadecer*, acentua ainda mais a autoconsciência dos europeus como seres humanos superiores em relação aos outros povos. Aqui, porém, acrescenta um novo aspecto ao sentido discriminatório do termo *tolerância*, tal como foi concebido na modernidade ocidental. A palavra *indulgência* liga-se semanticamente a *clemência, indulto, perdão, remissão das penas, misericórdia*. Isso nos mostra que



a relação europeu-indígena não foi vista somente como uma relação entre a cultura *superior* e a *inferior*, mas também entre o *bem* e o *mal*. O modelo cultural era, portanto, um modelo moral.

---

**Resumo:** O sentido de tolerância, na modernidade expressa a ideologia do conquistador e colonizador europeu em seu projeto de dominação universal. Tolerância está ligada à atitude de admitir algo ou alguém fora do paradigma, da regra. Aceitar o que é desvio do padrão e do modelo.

---

No pensamento liberal contemporâneo, o termo tolerância reaparece dando ênfase ao respeito às diferenças culturais, vistas isoladamente. A tolerância, hoje no sentido liberal, também possui armadilhas semânticas para o educador. Deve-se respeitar todos os valores de todas as culturas, todas as posições políticas, todas as situações sociais? A tolerância não tem limites? Como identificá-los? A tolerância liberal não seria uma atitude camuflada em que o dominador aceita a cultura diferente (do dominado) em seus aspectos aparentes e visuais (vestuário, alimentação, manifestações artísticas), mas lhe impõe um modelo econômico e de valores, que lhe priva da real autonomia?

---

**Liberalismo** é uma teoria política que justifica a economia capitalista. Seu principal fundamento é a liberdade do indivíduo, que é vista como um direito natural do ser humano, assim como a vida, a segurança e a propriedade privada. O indivíduo é a referência máxima para os direitos e deveres.

Na visão liberal, a educação deve ser centrada no desenvolvimento das competências intelectuais e morais do indivíduo para que ele se torne um cidadão capaz de contribuir individualmente para o bem estar da sociedade.

**Saiba mais** sobre a teoria liberal: Marilena Chauí, Convite à filosofia em: [http://br.geocities.com/mcrost02/convite\\_a\\_filosofia\\_44.htm](http://br.geocities.com/mcrost02/convite_a_filosofia_44.htm)

---

Muitas vezes na escola, as atividades – com objetivo de estimular a percepção da diversidade cultural – restringem-se a exposições estereotipadas de culturas diferentes, como festas folclóricas com danças, comidas típicas e artesanatos. Apenas estas práticas não são suficientes para estimular a convivência



na diversidade. Com o passar dos anos tais manifestações culturais vão se tornando cada vez caricaturadas, pois não possuem o espírito da cultura, mas somente seus ornamentos superficiais.

Para McLaren, atividades pedagógicas, como essa, que se reduzem a simples exposição escolar de elementos típicos de diferentes culturas e raças, podem até servir para manter institucionalizadas formas de racismo (1997, p. 95). É uma prática liberal da educação multicultural, pois vê as culturas isoladamente sem levar em conta que muitas das diferenças entre as culturais estão ligadas às relações históricas de dominação entre elas. Revela, também, uma visão conservadora por não considerar as culturas como um processo contínuo de transformação e libertação.

Em contrapartida ao pensamento liberal pode-se encontrar um sentido progressista e libertador do conceito de tolerância, segundo Cardoso (2003), no pensamento latino-americano da última década do século XX. Trata-se de um conceito de tolerância concebido a partir das culturas dos povos latino-americanos e caribenhos, conscientes da exploração e da marginalização sofridas em últimos 500 anos de sua história e da riqueza de sua grande diversidade cultural. É um conceito de tolerância comprometido com o respeito à diversidade cultural explicitada no mundo contemporâneo e ao mesmo tempo consciente do direito fundamental de cada povo à sua identidade cultural, livre de formas de dominação econômica e ideológica que o excluem de uma vida digna material e espiritualmente.

---

**Sentidos progressistas de tolerância:** 1. atitude de reconhecimento, na teoria e na prática, do outro como outro e de respeito mútuo às diferenças; 2. reconhecimento da diversidade cultural, contrapondo-se à hegemonia de uma cultura que domina e marginaliza as outras; 3. resistência a tudo aquilo que provoca opressões e desigualdades sociais; 4. ação solidária na superação das desigualdades sociais, num processo contínuo de libertação; 5. valorização da diversidade cultural a partir da consciência clara do valor da própria identidade e de seus limites; 6. capacidade de cooperação para alcançar objetivos comuns.

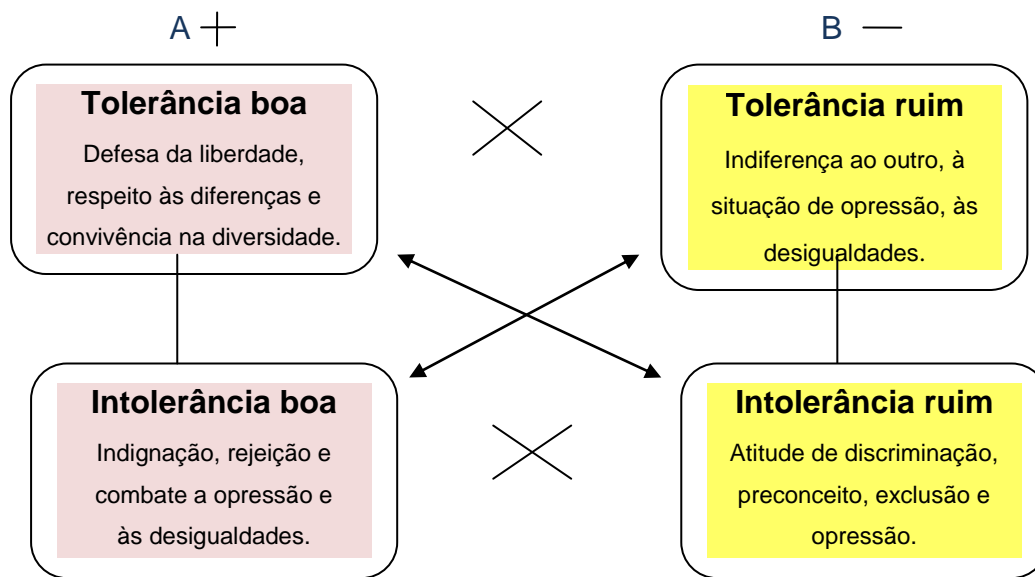
---

Na década de 60 do século passado, o filósofo Herbert Marcuse (1898 – 1979) já havia anunciado um conceito progressista de tolerância em seu texto



*Tolerância repressiva* como uma crítica a democracia liberal norte-americana. Marcuse colocou pergunta instigante para o pensamento político contemporâneo: em que sentido deve-se entender a tolerância num mundo não só de diferentes, mas também de desiguais, de dominadores e dominados? A partir daí mostrou a necessidade de distinguir, na pluralidade das culturas, as humanizadoras das desumanizadoras, diante das quais não se pode ser tolerante. Para Marcuse, a autêntica tolerância é sempre libertadora da violência e da opressão. Ao contrário, a tolerância passiva é a atitude de resignação diante da opressão e das desigualdades sociais (1970, p. 86-8). A tolerância, nesse sentido, passa a ser sinônimo de omissão diante do sistema opressor e injusto. É uma falsa tolerância, bastante comum em sociedades marcadas por forte desigualdade social.

Norberto Bobbio (1909 – 2004) nos ajuda a entender os diversos sentidos de tolerância quando diz que existem a tolerância e a intolerância boas e a tolerância e a intolerância ruins. Elas formam pares opostos de valores de forma cruzada, ou seja, a tolerância boa opõe-se à intolerância ruim e a intolerância boa opõe-se à tolerância ruim. Vejamos o primeiro par de opostos. Quando defendemos os valores de liberdade, respeito às diferenças culturais e convivência pacífica, estamos falando da tolerância em sentido positivo e rejeitando atitudes de preconceito e de todas as formas de exclusão do diferente que constituem a intolerância em sentido negativo. Por sua vez, a tolerância negativa veicula sentidos de indiferença diante do outro, condescendência diante do erro, indulgência com a opressão, tudo em nome de uma tranquilidade de vida descompromissada. A denúncia desta e a sua oposição significam defender a intolerância em sentido positivo: aquela que revela a firmeza nos princípios, isto é, que defende a justa exclusão de tudo aquilo que provoca opressão e desigualdades sociais. (BOBBIO, 1992, p. 210-13)



O primeiro par de oposições (A - tolerância boa e intolerância ruim) parece ser bastante conhecido e já trabalhado nas escolas, porém, muitas vezes, não é vinculado ao outro par de opostos (B - intolerância boa e tolerância ruim), o que pode esvaziar a educação para a tolerância de sua ação de transformadora social em vista de uma real construção de uma cultura de paz, fruto da justiça.

As atividades propostas aos alunos, para não caírem nas armadilhas do relativismo cultural absoluto, que interessa às culturas dominantes, devem expressar sempre a ambigüidade e os limites da tolerância e, portanto, estimular a discussão também sobre o valor da intolerância diante do intolerável.

---

**Mahatma Gandhi**, (1869 – 1948) é um exemplo extraordinário de uma vida dedicada ao exercício da tolerância boa e ao mesmo tempo da intolerância boa em sua luta de resistência não-violenta à opressão dos ingleses na Índia.

**Saiba mais**, assistindo ao filme Gandhi, de 1982, com direção de Richard Attenborough

---





Fonte: <http://www.gwu.edu/~erpapers/humanrights/timeline/gandhi-india.jpg>

## 2.2. Preconceito<sup>v</sup>

Imaginemos uma cena possível do cotidiano: um garoto vai para a escola levado de carro por seu pai. Ao sinal vermelho do semáforo, surge bem em frente um menino mirrado, com roupas surradas e um nariz de palhaço, fazendo um triste show circense de malabarismo. Outros dois também aproveitam a parada obrigatória para vender balas ou pedir moedas. Rapidamente o vidro do carro sobe depois da ordem e do comentário do pai: *Está vendo, filho, é assim que começa. Daqui a alguns anos esses moleques vagabundos que não querem estudar e trabalhar estarão roubando e matando. Isso não tem jeito de consertar.* Acende o verde e lá vai o garoto para escola um pouco assustado, mas aliviado: *Ainda bem que minha família da turma é do bem.* Está plantada a semente do preconceito social.

---

**Saiba mais.** O exemplo acima é uma das situações de preconceitos tratadas na cartilha, para adolescentes, *Preconceito não é legal: a intolerância e a lei*, disponível em: <http://www.faac.unesp.br/extensao/forum/publicacoes.html>

---

Preconceito não é simplesmente um sentimento de estranhamento diante de quem parece muito diferente de nós. É possível que se tenha diante do diferente uma reação de afastamento e até mesmo de defesa. O que é estranho potencialmente nos ameaça. Assim é provável que nossa reação diante de um





imaginário encontro com um grupo de *aliens* não seria nada amistosa e cordial. O ato de afirmar a identidade e a unidade cultural de um grupo humano implica, muitas vezes, na rejeição de culturas diferentes que potencialmente possam ameaçá-la.

Todavia, o preconceito é muito mais do que tudo isso. O preconceito expressa-se em um juízo de valor que considera o outro ou um grupo como inferior a nós em algum aspecto: física, moral, social ou intelectual. O ato preconceituoso, portanto, sustenta-se pela crença na desigualdade natural entre os seres humanos e isso implica em considerar-se como possuidor da verdade absoluta e como padrão de comportamento de referência para todos. Daí porque, na relação de intolerância, o outro não é considerado verdadeiramente um “outro” e sim um alguém semelhante, porém inferior ou um desvio à norma, uma cópia imperfeita de um modelo único. Isso passa a justificar a exclusão, a dominação, a exploração e o extermínio do outro.

---

**Preconceito** é conceito formado antecipadamente, sem maiores conhecimentos dos fatos. Trata-se, portanto, de uma ideia construída sem fundamento.

---

Na história, vários fatores conduziram os povos à intolerância: sobrevivência, poder político, acumulação de riquezas, dominação cultural, dogmas religiosos e verdades filosóficas. Sobre este último aspecto, faremos algumas considerações pontuando aqui e ali a história do pensamento ocidental.

Os conceitos de *padrão*, *modelo* e *desvio da norma* – na civilização ocidental – foram concebidos inicialmente no interior do pensamento metafísico grego.

---

A metafísica, primeira grande teoria filosófica da cultura ocidental, buscou o significado último de todo o universo, um ponto único que explicasse a perfeita ordem do cosmo. Para os filósofos, este princípio encontrava-se numa outra realidade além do nosso mundo físico (*meta-física*) que se manifestava apenas ao intelecto. Nesta outra realidade estão os conceitos, as idéias e as essências de tudo que existe aqui.

---

Platão, por exemplo, via o a realidade metafísica como um outro mundo (*Mundo da Ideias*), onde residiam as essências puras de todos os seres que existem



no mundo material. São *formas* ou modelos perfeitos e imutáveis das quais os seres materiais deste mundo são cópias, umas mais e outras menos perfeitas. Desta realidade também o homem participa. Assim há seres humanos de se aproximam mais do modelo perfeito e outros não.

A cultura ocidental, fundada no pensamento metafísico, criou *formas* ou modelos absolutos que se constituíram historicamente como referências para justificar filosoficamente a exclusão de todos aqueles que, por motivo físico ou ideológico, não se enquadram nesses padrões. Estes padrões de ser e de agir se estenderam pela história ocidental até a modernidade europeia e espalharam-se pelo mundo pelos colonizadores.

Mas afinal, quais as características consideradas o padrão de ser humano para a cultura ocidental? São as características extraídas dos povos dominantes, os europeus, é claro. O adulto, masculino, branco, cristão, esclarecido, proprietário, produtivo...

No século XVIII, por exemplo, a cultura europeia moderna se considerava a expressão máxima da Razão humana. O *esclarecimento* era como a luz do sol que iluminava toda a Terra. Ficava distante ou excluído dos *iluminados* o restante da humanidade: os orientais, os povos africanos, os indígenas das Américas, os povos ao norte da Europa e, a rigor, até a Espanha e Portugal.

Os modelos metafísicos e absolutos da cultura ocidental começaram a ser questionados pela filosofia desde o século XIX. A título de ilustração, citemos três pensadores que contribuíram para a desconstrução dos padrões metafísicos tradicionais de comportamento. Para **Karl Marx** (1818-1883), as características humanas foram construídas historicamente na luta pela sobrevivência e na luta pelo poder. Os padrões metafísicos constituíam-se em uma ideologia dos grupos dominantes na história do ocidente, ou seja, uma justificativa de suas posições de dominadores. Assim, por exemplo, reduzir a essência humana à racionalidade, como fez a metafísica grega, é justificar a posição privilegiada do trabalho intelectual da elite (homens livres) em relação ao trabalho braçal das mulheres e dos escravos.

Ainda no século XIX, o filósofo Friedrich Wilhelm **Nietzsche** (1844 - 1900) faz uma crítica radical aos modelos estáticos da metafísica, dando ênfase à realidade concreta diversa e mutável deste mundo. Ao rejeitar a postura metafísica Nietzsche



mostra a necessidade de o homem assumir realmente sua condição humana concreta e histórica sem iludir-se com verdades absolutas.

Por fim, encontramos **Jean-Paul Sartre** (1905 - 1980), que desconstrói a Metafísica na esfera da existência humana. Para o *Existencialismo*, não existe uma essência metafísica pré-estabelecida que determina a vida humana, pelo contrário o ser humano ao nascer apenas existe e, durante sua vida ele vai construindo sua natureza humana. A existência precede a essência; é esse o princípio do Existencialismo.

A partir dessas três teorias é fácil entender por que o século XX foi um longo período de quebra dos modelos absolutos de conduta, em diversos aspectos da vida humana: nas artes (movimento de arte moderna); na política (guerras mundiais); nas relações de gênero (movimento feminista); na sexualidade e na cultura em geral (movimento de contra-cultura, hippie, música rock, etc)

Movimento hippie dos anos 60



Fonte: <http://ewaldosfilhos.files.wordpress.com/2008/04/hair1.jpg>

Na educação, também foi questionado o modelo metafísico. Vamos recordar. A educação tradicional buscava enquadrar o educando em modelos absolutos e abstratos de inteligência, competência e sucesso, premiando aqueles que se encaixavam nas *formas* e *excluindo* da escola os *diferentes*. O sentido original dos termos *formação* e *formatura* na educação está relacionado a *formas metafísicas* de que falamos. Embora este modelo tenha sido questionado há mais de meio século e tenha sofrido significativas transformações, a mentalidade metafísica forjada na cultura ocidental durante séculos ainda não desapareceu. O próprio discurso e



práticas de aceitação do diferente e de inclusão podem conter resquícios de antigos preconceitos.

Derrubados os modelos absolutos, fundados nos parâmetros éticos metafísicos, abriu-se o caminho para uma convivência humana menos preconceituosa, com aceitação das diversidades humanas e com possibilidade de inclusão de todos no projeto de felicidade.

Realmente o século XX avançou um pouco neste caminho: as camadas pobres e outros grupos vítimas de preconceitos, hoje, têm mais consciência de sua dignidade e de seus direitos; se rejeita mais veemente a imposição do poder e de verdades únicas e enfim descobriu o valor das diversidades de toda ordem. Entretanto com a desconstrução dos padrões absolutos da metafísica tradicional, sentimo-nos confusos em meio de uma crise de referências sem precedência na história humana. Este contexto fortaleceu o relativismo individualista liberal para qual tudo vale, em nome do respeito da diversidade, desvinculada da análise das causas das desigualdades.

A opção única entre uma educação tradicional com padrões absolutos e o caos individualista em nome da liberdade é falsa e cômoda. O século XXI iniciou-se com um grande desafio no campo da ética: construir coletivamente projetos educacionais com novos padrões não mais metafísicos, mas construídos historicamente e legitimados em processos democráticos e igualitários.

Se não se aceitam mais as verdades universais e absolutas também não haverá futuro para as novas gerações com o relativismo individualista. Construir ou legitimar coletivamente valores universalizados pelo consenso temporário a partir do diálogo conflituoso, sem que isso signifique compactuar com desigualdades e opressões, parece ser um pressuposto para a convivência na diversidade com igualdade.



### **2.3. Diversidade e desigualdade**

Como já foi alertado anteriormente, estimular na escola, simplesmente, o respeito à diversidade de pensamento e comportamento, pode-se estar legitimando as desigualdades entre as pessoas, que devem ser superadas. O educador atento, ao trabalhar com valores relacionados com diversidade e igualdade, saberá distinguir a idéia de pessoa *diferente* com aquela tratada como *desigual* e, portanto, excluída. Este segmento tem o objetivo de oferecer alguns subsídios teóricos e históricos para auxiliar o professor nesta tarefa.

Em primeiro lugar, todos nós sabemos que nem sempre na história ocidental as pessoas foram consideradas iguais na sua dignidade como pessoa humana. A idéia de igualdade foi moldada primeiramente pela ética cristã (somos iguais perante a Deus) e apenas na modernidade ganhou fundamentos filosóficos e forma jurídica e política. As filosofias humanistas dos séculos século XVI e XVII, os iluministas do século XVIII e o marxismo do século XIX contribuíram na construção dos diversos sentidos de igualdade da cultura ocidental contemporânea (CARONE, 1998, p 171-2). Haverá, mais adiante, um tópico específico sobre a distinção dos vários sentidos de igualdade, principalmente, entre o liberalismo e marxismo. Agora interessa frisar que a idéia de que pessoas são iguais é recente na história ocidental e que foi construída superando muitas dificuldades.

Desde a antiguidade, os seres humanos foram considerados desiguais (um superior ao outro) pela tradição, por muitas religiões e até pelos filósofos. Os argumentos que buscavam justificar das desigualdades físicas e sociais entre os indivíduos, como naturais, foram muitos. Alguns eram melhores, porque descendiam dos deuses e, por isso, eram fortes e corajosos e tinham até o sangue azul. Outros por serem masculinos e estudados eram considerados sábios e livres e, portanto, melhores que as mulheres e os escravos. Havia, ainda, aqueles ricos e saudáveis por seres virtuosos e tementes a Deus, em contraste com os pecadores cujo castigo era a pobreza e a doença. E, assim por diante.

Hoje, constata-se que houve um avanço teórico e jurídico na defesa da dignidade humana para todos os indivíduos. Entretanto, ainda perpetuam-se profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais no mundo. Há, também, uma consciência mais clara das muitas diferenças entre pessoas e entre grupos,



como: etnia, tipo físico, personalidade, heranças genéticas etc. Neste quadro, surge uma questão polêmica: com as conquistas políticas e o conhecimento acumulado historicamente, como a questão das desigualdades e das diferenças pode ser abordada no plano conceitual?.

#### Diversidade e desigualdade



Fonte: <http://www.brasilecola.com/sociologia/classes-sociais.htm>

Dois posicionamentos ideológicos se destacam e se contrapõem: um liberal e conservador; outro, histórico-social e progressista. Para o primeiro, as desigualdades sociais têm como causas principais as diferenças individuais. Ou seja, as condições de vida social – boas ou más – são frutos da inteligência, esforço, vontade e dedicação pessoal. Essas diferenças pessoais são naturais. Já para a outra posição, a causa principal das desigualdades sociais é explicada historicamente pela dominação e exploração ocorrida entre os povos ou classes sociais. Até mesmo certas diferenças pessoais de personalidade e comportamento são determinadas em parte pelas condições sociais.

Na educação como aparecem estas duas posições? Na educação liberal, os conceitos *diversidade*, *desigualdade* e *diferenças pessoais* são vistos como realidades isoladas. Uma maior igualdade social somente ocorrerá com uma educação centrada no desenvolvimento das competências intelectuais, funcionais e morais do indivíduo. Por sua vez, o posicionamento histórico-crítico parte da ideia de que os conceitos se inter-relacionam e, portanto, devem ser tratados conjuntamente. Assim, além do desenvolvimento das competências pessoais, a





educação pode e deve preparar o indivíduo para atuar coletivamente, visando mudanças nas estruturas sociais que causam a exploração e a exclusão de muitos.

## **2.4. Liberdade e Igualdade**

Como desdobramento da reflexão anterior, pode-se agora centrar o foco nos dois conceitos acima, também bastante utilizados numa educação na diversidade, para explicitar seus sentidos específicos na tendência liberal e na tendência social e progressista de educação.

O pensamento liberal vê a liberdade do indivíduo como o valor-eixo da convivência social. O indivíduo é um ser racional e, portanto, totalmente livre, devendo seguir apenas uma lei natural ditada pelo bom senso: não prejudicar o outro naquilo que não se quer também ser prejudicado. Desta forma o Estado Liberal é um Estado limitado e a serviço do indivíduo, uma vez que este é quem determina espontaneamente as normas de conduta social, econômica e cultural. Então, o valor liberdade, concebido do ponto de vista do indivíduo, é o centro gerador dos significados de todos os outros valores, inclusive o da igualdade.

Nesta visão, a *igualdade* das pessoas refere-se ao relacionamento entre elas na oposição liberdade e poder. À medida que se amplia o poder de um indivíduo diminui a liberdade do outro e vice-versa. Daí porque, todos são iguais perante a lei. Ao falar de igualdade, o liberal está se referindo aos direitos naturais, ao acesso à jurisdição comum. Trata-se, pois de um ideal jurídico e não social como veremos a seguir.

Este posicionamento liberal transparece na sala de aula quando se valoriza a liberdade de expressão do aluno, quando se chama a atenção que todos têm os mesmos direitos e deveres quanto ao horário, entrega de trabalhos etc. A conquista dos direitos individuais na modernidade ocidental pelo pensamento liberal significou um grande avanço em relação à sociedade medieval desprovida de direitos democráticos.





---

Para o pensamento liberal todos os homens são naturalmente livres, pois são seres racionais. E se todos os indivíduos são livres, todos são iguais e devem estar ter o mesmo tratamento perante as leis.

---

Por sua vez a tendência pensamento progressista e social da educação trabalha com os valores de igualdade e liberdade com outro enfoque. Primeiramente questiona se os direitos individuais defendidos pelo liberalismo, como por exemplo, a igualdade perante as leis, realmente se realizam para todos, numa sociedade marcada por profunda desigualdade social. Mais claramente: o pobre e o rico são tratados igualmente perante as leis? Fica claro que, para a visão social somente se consegue realizar plenamente a liberdade, numa sociedade em que haja **igualdade social**, em que todos tenham condições de uma vida digna: trabalho, condições econômicas, moradia, acesso à serviços, de saúde, de educação, cultura e lazer.

---

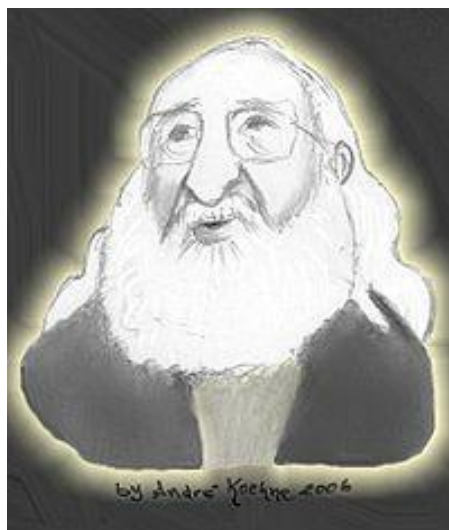
A igualdade social articula-se com a ideia de liberdade inserida num processo de emancipação coletiva, ou seja, de libertação das estruturas sociais que geram desigualdades que impedem que todos tenham garantidos seus direitos individuais e sua dignidade humana.

---

Nessa perspectiva, o professor abordará os valores *liberdade e igualdade* para levar o aluno a entender as causas históricas das desigualdades sociais entre classes e entre povos. Neste contexto são analisadas as questões de igualdade social, de igualdade perante as leis e de liberdades e direitos individuais anteriormente citados. Guardadas as devidas especificidades, podem ser incluídas nessa tendência de pensamento: a pedagogia libertadora de Paulo Freire (1921 - 1997), a pedagogia histórico-crítica formulada por Demerval Saviani (1944), a pedagogia da libertação de Paulo Freire (1921 -1997) e a educação com bases psicológicas de histórico-cultural de Vigotsky (1896-1934).



Paulo Freire, retratado por André Koehne



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo\\_Freire](http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire)

**Saiba mais:**

Paulo Freire, **Pedagogia do oprimido**. Disponível em:  
[http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia_do_oprimido.pdf)

Dermerval Saviani. **Pedagogia histórico-crítica**. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_pedagogia\\_historico.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_historico.htm)

Newton Duarte. **A escola da Vigotsky e a educação escolar**. Disponível em:  
<http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/3745/odonto/VIGOTSKY.htm>

## **2.5. Cidadania passiva e cidadania ativa<sup>vi</sup>**

O termo *cidadania*, presente no título deste curso (Educação na Diversidade e Cidadania) também exige algumas considerações conceituais, quanto aos seus diferentes significados. Na escola, na mídia e mesmo em nosso dia-a-dia, a palavra *cidadania* passou a ser utilizada em sentidos bastante distintos segundo o interesse de cada indivíduo ou grupo social.

Observem bem estas falas que certamente já ouvimos várias vezes:



## Diversidade e Ética na escola

---

- “Temos que educar as crianças para ser um bom cidadão amanhã, cumpridor de suas obrigações na sociedade”.
  - “Sou um cidadão que paga impostos, portanto tenho meus direitos.”
  - “Como a praça ficou suja depois da festa; esse povo não tem noção de cidadania.”
  - “Votar em um direito e um dever do todo cidadão.”
  - “É um ato de cidadania respeitar a bandeira do Brasil.”
- 

Dois aspectos nos chamam a atenção. Em primeiro lugar, a noção cidadania está apenas associada aos deveres e direitos do indivíduo na vida coletiva. É bastante presente na mídia, o discurso de cidadania para denunciar os direitos que temos como consumidor e como contribuintes de impostos. Ser cidadão é reivindicar o cumprimento dos serviços públicos por parte dos governantes. Ser cidadão é também cumprir as obrigações de ordem civil. Na escola, muitas vezes aluno é lembrado de exercer sua cidadania apenas quando tem algum dever a cumprir: não sujar a escola, ser disciplinado, participar das atividades cívicas etc. Este sentido de cidadania pode ser chamado de ***cidadania passiva***, pois dá ênfase apenas aos direitos e deveres já estabelecidos nas leis e nas normas das instituições sociais, como a escola, por exemplo.

Entretanto, há um significado de ***cidadania ativa*** que pode ser resgatado da ideia original de cidadania construída no pensamento grego. A palavra *cidadania* vem, obviamente, de cidade e o termo equivalente na língua grega é *pólis*, que deu origem à palavra *política*. Política em grego refere-se ao ato de organizar a *pólis*, a cidade. Cidadania, portanto, na cultura grega antiga, é algo ligado à política. Em outras palavras, cidadão é alguém que participa da vida da cidade: escolhe os dirigentes, participa das discussões sobre a organização da cidade, de seus problemas e soluções. Cidadão é alguém que se preocupa com questões que interferem na vida da comunidade, assuntos de ordem pública e não apenas com a sua vida pessoal e de sua família.

---

Enquanto a cidadania passiva apenas enfoca direitos e deveres da *vida em sociedade*, a cidadania ativa refere-se à participação *na vida da sociedade*

---



Quando se dá ênfase à cidadania apenas como deveres e direitos, vistos individualmente, perde-se o sentido nuclear de cidadania, que é sua dimensão política, a participação ativa na vida da sociedade.

Um segundo aspecto merece destaque nas falas iniciais. Nelas, a cidadania é vista somente como uma condição civil dos adultos. A criança e o adolescente estão se preparando para serem cidadãos no futuro e, por isso, ainda não estão preparadas para participarem das decisões da vida coletiva.

Todavia, as teorias contemporâneas da psicologia educacional, fundadas na visão histórico-cultural veem o ser humano como um processo contínuo de formação e, por esta razão, completo – como ser humano – em todas as suas fases da vida: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Em todas elas é possível realizar plenamente a experiência humana, segundo as características e potencialidades de cada fase. Neste sentido, que é que a nossa dimensão de sujeito está presente desde a infância. Tratar a criança como um sujeito de direitos e deveres é possibilitar a ela condições de vivenciar a dimensão da cidadania ativa.

No sentido grego, despertar o aluno para *cidadania ativa* é estimulá-lo a pensar no coletivo da classe e da escola, e a participar dele. A criança e o adolescente são vistos como sujeitos.

Nosso desafio como educadores é adotar práticas pedagógicas que possam instrumentalizar, já na idade infantil, o exercício da cidadania, sem considerá-la apenas como etapa de preparação para a cidadania adulta. Em uma cidadania ativa e coletiva, tais práticas devem proporcionar oportunidade para as crianças e adolescentes participarem em decisões e desenvolverem o *empoderamento*<sup>vii</sup> enquanto grupo.



### **Cidadania ativa**



Fonte: [http://www.sefaz.ma.gov.br/educacaofiscal/noticias/13-01-04/foto\\_noticia6.jpg](http://www.sefaz.ma.gov.br/educacaofiscal/noticias/13-01-04/foto_noticia6.jpg)

Em todas as fases de sua vida o ser humano ser respeitado como sujeito de direitos, podendo exercer uma “específica” cidadania ativa de participação nas decisões coletivas. Assim, não estaremos apenas ensinando às crianças uma idéia futura de respeito à dignidade humana, mas proporcionando já a elas a experiência de respeito às diferenças e da igualdade entre as pessoas.

---

**Saiba mais** sobre educação na cidadania:

Maria Victoria de Mesquista Benevides. O desafio da educação para a cidadania. In: AQUINO, J. G. (org.) Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. p. 153-82.

---

### **2.6. Violência e paz**

O objetivo último da educação e de todo esforço humano é (ou deveria ser) construção de uma sociedade que proporcione vida digna para todos. Afinal, o nosso maior desejo é ter uma vida feliz. Seria esse o sentido da educação para uma cultura de paz de que tanto se fala, hoje?

O que significa paz para nós? Quando dizemos: “o mundo precisa de paz” ou “vai com Deus, vai em paz”, ou ainda, “descanse em paz”, o valor *paz* tem mesmo



sentido. Pensar os sentidos de *paz* é necessário pensar o seu termo oposto: a violência.

Parece que todos concordamos que a violência é tudo aquilo que ameaça a física e/ou psíquica de alguém. Numa palavra: tudo o que fere a dignidade humana. Mas afinal, o que é a dignidade humana? Desde a filosofia grega “*a humanidade dos humanos reside no fato de serem racionais, dotados de vontade livre, de capacidade para a comunicação e para a vida em sociedade, de capacidade para interagir com a natureza (...) nossa cultura e sociedade nos definem com **sujeitos** do conhecimento e da ação e por isso localiza a violência em tudo quanto reduza um sujeito à condição de objeto*” (CHAUÍ, 2003, p. 308).

Assim é violência a agressão física, o constrangimento psíquico, mas também é violência a situação social que alimenta a discriminação, o preconceito e as desigualdades sociais e econômicas. Ou alguém de nós duvida que viver abaixo da linha da pobreza não fere a dignidade humana, no transforma o sujeito em objeto, em muitos aspectos? Se isso parece consenso por que se ênfase midiática e política na dimensão individual da violência.

Essa percepção da violência vem da cultura liberal predominante em nossa sociedade. O liberalismo, como vimos, é uma cultura centrada no indivíduo como o grande eixo polarizador dos direitos fundamentais da pessoa humana. A partir deste fundamento ideológico se construiu um conceito de violência que não ultrapassa a esfera do indivíduo. Assim a percepção comum da violência restringe-se à agressão física ou psicologia, o homicídio, o roubo, a invasão da propriedade. Para essa ideologia, a causa e a responsabilidade da violência encontra-se quase sempre no indivíduo: caráter, distúrbios psíquicos e até genéticos. Portanto, a solução mais coerente e eficaz é a exclusão do convívio social ou a eliminação do autor da violência. Fruto da consciência ingênua e do medo da violência tão exacerbada dos dias atuais, a visão liberal essa visão liberal, bastante comum, é muitas vezes alimentada pela mídia e até pela própria escola.

Entretanto, o professor progressista percebe, além da violência individual, a violência social: as péssimas condições de vida de grandes camadas da população, causada pela desigualdade social. É violência: o desemprego, o subemprego, o difícil acesso aos serviços de saúde e de educação, fome e as péssimas condições de moradia e outras difíceis condições de vida em especial nos grandes centros



urbano. Portanto, a pobreza não é simplesmente uma das causas da violência individual; ela é, em si, também uma violência. Nesta perspectiva a superação do estado de violência, passa necessariamente pela distribuição de renda com a transformação das estruturas que geram a desigualdades socioeconômicas.

Neste contexto, o que significa paz para nós? Estimulado pelo conflito do Iraque, o professor Marcelo Resende Guimarães (2003, p. 3) da UFRGS nos oferece, em seu artigo: *A questão da ressignificação*, um inventário interessante sobre os diversos significados do valor paz, construídos pela cultura ocidental em contrastes com outros referenciais da noção de paz.

Em nossa cultura o termo paz é visto como ausência de guerra, de violência física ou como um estado de espírito, portanto subjetivo, de tranquilidade, serenidade, harmonia, ordem, equilíbrio.

Estes sentidos de paz trazem ideias de negatividade, individualidade, passividade, sem levar em conta as relações dinâmicas e conflitivas dos seres humanos, sem levar em conta as questões sociais e as tensões do poder político. Paz, neste sentido, contém uma visão estática da sociedade e passiva do ser humano individualmente, que interessa a quem quer camuflar a ordem dinâmica e conflituosa da sociedade. É a paz dos cemitérios. O professor Guimarães nos convida a pensar na paz como positividade, i. é, como “*um conceito mais positivo, associado a experiências humanas, tais como justiça e igualdade* (Idem). Em contraste com a ideia de estado de espírito de serenidade e de ordem nas relações intersubjetivas, paz pode ser entendida como um acontecimento humano construído num diálogo-conflitivo. Também foi este o sentido de paz que Paulo Freire colocou em seu discurso, por ocasião do recebimento do prêmio “Educação pela Paz”, oferecido pela UNESCO em 1996: “*de anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi sobretudo que a paz é fundamental, indispensável, mas que a paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social*” (GADOTTI, 1996, p. 52).

Em nossa agenda educacional podemos estar estimulando nas crianças e jovens à paz entendida apenas no plano individual, como um ideal teórico, um ponto de chegada onde se encontra um estado de vida serena e feliz, ou como um compromisso de luta contra causas profundas de todas as formas de violência.





Afinal, vamos educar para a paz e felicidade individual ou também para paz e felicidade coletiva?

### **3. INSTRUMENTALIZANDO O TEMA**

#### **3.1. Atividades para os alunos (sugestões para trabalhar o tema com os alunos)**

Proposta 1: (1º ao 5º ano) Assistir com as crianças ao filme Madagascar 2 e conversar sobre a convivência na diversidade.

Proposta 2: (6º ao 9º ano) leitura e debate da cartilha “Preconceito não é Legal” Sugestão de dinâmica: a) Introdução da temática pelo professor; b) cada grupo de alunos lê e debate um capítulo da cartilha; c) apresentação dos grupos de forma criativa; d) debate em planária; e) fechamento da atividade pelo professor.

Cartilha

disponível

em:

<http://www.faac.unesp.br/extensao/forum/publicacoes.html>



Proposta 3: (Ensino Médio) Assistir com os alunos o filme: *Escritores da Liberdade* e debater sobre a violência e as relações na escola.



Proposta 4: (Ensino Médio) Levar os alunos a uma visita a um bairro pobre da cidade e fazer um levantamento dos aspectos sociais e ambientais que causam sofrimento aos moradores.

#### **4. SAIBA MAIS**

1. Sobre a **teoria liberal**: Marilena Chauí, Convite à filosofia em: [http://br.geocities.com/mcrost02/convite\\_a\\_filosofia\\_44.htm](http://br.geocities.com/mcrost02/convite_a_filosofia_44.htm)
2. Sobre **tolerância e não violência ativa**: filme **Gandhi**, de 1982, com direção de [Richard Attenborough](#).
3. Sobre situações de **preconceitos** são tratadas na cartilha para adolescentes: **Preconceito não é legal: a intolerância e a lei**. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/extensao/forum/publicacoes.html>  
**Pedagogia libertadora**: Paulo Freire, **Pedagogia do oprimido**. Disponível em: [http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia_do_oprimido.pdf)
4. **Pedagogia histórico-crítica**: Demerval Saviani. Pedagogia histórico-crítica. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_pedagogia\\_historico.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_historico.htm)
5. **Educação em Vigotsky**: Newton Duarte. **A escola da Vigotsky e a educação escolar**. Disponível em: <http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/3745/odonto/VIGOTSKY.htm>

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADORNO Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CARDOSO, C. M. **Formação de valores e seus dilemas**. Revista: SESC-SP, nº 1, julho de 2004, São Paulo, v. 1, p. 37-39, 2004.

\_\_\_\_\_. Fundamentos filosóficos da intolerância. In: CARDOSO, C. M. (org.) **Convivência na diversidade: cultura educação e mídia**. São Paulo: Cultura Acadêmica (Unesp), 2008. p. 16-28.



\_\_\_\_\_. **Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CARONE, Iray. Igualdade versus diferenças. In AQUINO, J. G. (org.) **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998. p. 171-82)

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 13ª ed. São Paulo: Ática, 2003

BOBBIO, Norberto. As razões da tolerância. In: **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

DUSSEL, E. **1942: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.** Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia.** S. Paulo: Cortez : Instituto Paulo Freire: Brasília: UNESCO, 1996, p. 52.

GUIMARÃES, M. R. **Jornal da Universidade.** Ano V, n 1º 62, maio, Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 3. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/jornal/maio2003/pag03.html>

MARCUSE, Herbert. Tolerância repressiva. In: **Crítica da tolerância pura** (coletânea). Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FREIRE, Paulo Conferência de abertura **Encontro sobre a Tolerância na América Latina e no Caribe**, Rio de Janeiro, 12/09/94. Arquivo em áudio no Núcleo pela Tolerância da Unesp, Campus de Bauru..

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico.** Trad. Bebel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez, 1997.

## **Notas finais**

---

<sup>i</sup> Introdução à conferência de abertura do *Encontro sobre a Tolerância na América Latina e no Caribe*, Rio de Janeiro, 12/09/94. Arquivo em áudio no Núcleo pela Tolerância da Unesp, Campus de Bauru

<sup>ii</sup> Neste segmento há trechos adaptados da apresentação do site do programa *Convivência na Diversidade*, do próprio autor, in: <http://www.faac.unesp.br/extensao/convdiversidade/>

<sup>iii</sup> Neste segmento há trechos adaptados do texto do próprio autor: *Formação de valores e seus dilemas: algumas questões contemporâneas*. Ver referências bibliográficas.

<sup>iv</sup> Neste segmento há trechos transcritos ou adaptados do livro do próprio autor: **Tolerância e seus limites**, Edunesp, 2003.

<sup>v</sup> Neste segmento há trechos transcritos ou adaptados do texto do próprio autor: *Fundamentos filosóficos da Intolerância*, no prelo para publicação.



<sup>vi</sup> Neste segmento há trechos transcritos e ou adaptados do texto do próprio autor: *Educação em Direitos Humanos no século XXI: apontamentos para a educação infantil e fundamental na América Latina*, no prelo para publicação.

<sup>vii</sup> *Empoderamento* significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Cf.: Ferdinand Cavalcante Pereira, em: <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>. Acesso em 10 jan. 2009.

Com o educador Paulo Freire ganhou no contexto da filosofia da educação um sentido de ação transformadora social que vai além das habilidades e competências individuais do sujeito comumente desenvolvidas na educação liberal. Ver mais em: [http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo\\_Freire](http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire), Acesso em 10 jan. 2009.